

Relatório Anual da Corregedoria 2023

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES INICIAIS	3
SEÇÃO I – A Companhia Docas do Rio de Janeiro - PortosRio	3
SEÇÃO II – Planejamento Estratégico da PortosRio	3
SEÇÃO III – A Corregedoria da PortosRio.....	4
CAPÍTULO II – DIAGNÓSTICO ATUAL.....	6
SEÇÃO I – Estrutura Organizacional	6
SEÇÃO II – Composição	6
SEÇÃO III – Normas e Regulamentos Internos	7
CAPÍTULO III – ATIVIDADE CORRECIONAL EM 2023	8
SEÇÃO I - Análise dos Temas das Apurações	11
SEÇÃO II – Avaliação de Maturidade Correcional	15
SEÇÃO III – Da Atuação Preventiva	16
SEÇÃO IV – Capacitações e Eventos.....	21
SEÇÃO V – Dificuldades, Ações e Propostas	27
CAPÍTULO IV – DO PLANEJAMENTO PARA 2024	29
CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS	31

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES INICIAIS

O presente documento tem por objetivo atender o artigo 34 da Portaria Normativa CGU nº 27, de 11/10/2022, que prevê a elaboração de relatório de gestão correcional. Ademais, há previsão no Regimento Interno da Corregedoria da PortosRio (ainda em análise), em seu Art. 34 (Capítulo IX – Do Planejamento Anual), quanto à apresentação do presente Relatório Anual.

SEÇÃO I – Companhia Docas do Rio de Janeiro - PortosRio

A PortosRio é uma empresa pública vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos que tem por **objeto social** exercer as funções de autoridade portuária no âmbito do Porto Organizado do Rio de Janeiro, sob sua administração e responsabilidade, em consonância com as políticas públicas setoriais formuladas pelo poder concedente.

A Companhia é regida por seu Estatuto Social; pela Lei nº 6.404/1976; pela Lei nº 12.815/2013, regulamentada pelo Decreto nº 8.033/2013; pela Lei nº 13.303/2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945/2016 e demais legislações aplicáveis.

SEÇÃO II – Planejamento Estratégico da PortosRio

A PortosRio elaborou seu Planejamento Estratégico 2021-2025 (<https://www.portosrio.gov.br/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/instrumentos-de-governanca/planejamento-estrategico>) se desdobrando em um conjunto de ações alinhadas ao Mapa Estratégico do Ministério de Portos e Aeroportos, para que a Companhia aproveite ao máximo as oportunidades que se apresentam no mercado, maximizando seus resultados, atuando de forma eficiente e fundamentada no comprometimento aos valores corporativos, calcadas em sólidas diretrizes de sustentabilidade ambiental e direcionadas à excelência de gestão.



SEÇÃO III – A Corregedoria da PortosRio

A Corregedoria da PortosRio (CORREG) foi criada em 01 de julho **2023** e teve seu titular (Corregedor) nomeado pela Portaria CONSAD N°4, de 28 de junho de 2023, após aprovação da indicação pela Controladoria-Geral da União (CGU), nos termos do Decreto 5.480/2005, como Unidade Setorial do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, instituído pelo Decreto nº 5.480, de 30/06/2005, e alterado pelo Decreto nº 10.768, de 13/08/2021. Tem como **principais objetivos**: disciplinar os procedimentos de apuração de responsabilidade por infrações à lei e aos regulamentos internos, assegurar a regularidade procedimental, conferir maior segurança às partes envolvidas, garantir amparo normativo ao trabalho dos responsáveis pelas apurações, zelar pelo direito à ampla defesa e ao contraditório dos investigados e estabelecer critérios objetivos e de tratamento padronizado no âmbito processual que suportam a concepção, implementação e melhoria contínua na estrutura organizacional da Companhia.

CAPÍTULO II – DIAGNÓSTICO ATUAL

Seção I – Estrutura Organizacional

A Corregedoria da PortosRio está vinculada administrativamente ao Conselho de Administração - CONSAD, conforme Art.16º do Regimento Interno da Companhia.

Destaca-se ainda que a Corregedoria da PortosRio, enquanto unidade setorial integrante do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal – SISCOR, fica sujeita à orientação normativa e supervisão técnica do Órgão Central do Sistema de Correição, conforme art. 2º, parágrafo 2º do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005.

Seção II – Composição

Atualmente a Corregedoria conta com 04 (quatro) empregados, sendo um o Corregedor, com formação em Direito; uma empregada ocupante do cargo de Assistente Sênior de Sindicância - ASSIND, com formação em Administração; um especialista, com formação em Direito e uma empregada Técnica de Serviços Portuários, com formação em nível médio. E com duas estagiárias: uma de Direito e uma de Administração de Empresas.

Empregado	Função/Cargo	Formação Acadêmica
Renato Henriques Teixeira	Corregedor	Direito
Cristiane de Souza Fernandes	Téc.Serv.Portuário	Administração
João Missagia	Especialista Portuário	Direito
Eliani Oliveira	Téc.Serv.Portuário	Nível Médio
Júlia Maia	Estagiária	Administração

Os trabalhos correcionais são realizados, ainda, com a designação de empregados aptos a comporem Comissões Disciplinares, conforme nomeação por portaria do Corregedor.

Seção III – Normas e Regulamentos Internos

A atividade correcional na PortosRio se baseia tanto em normas e leis, quanto em normativos internos, aos quais é dada ampla divulgação e transparência, notadamente o Normativo que encontra-se vigente:

- IN ASSIND 01.012

<https://www.portosrio.gov.br/pt-br/node/918>

Cabe ressaltar que o Regimento Interno da Corregedoria já foi elaborado e encaminhado para análise e aprovação competentes.

CAPÍTULO III – ATIVIDADE CORRECIONAL EM 2023

Os processos correccionais realizados pela Corregedoria em 2023 compreendem: as apurações investigativas (Sindicância investigativa - **SINVE**) e apurações contraditórias (Processo Administrativo Sancionador – **PAS**); procedimentos que tem como objetivo apurar responsabilidade de empregado que supostamente praticou uma infração funcional e (Processo Administrativo de Responsabilização – **PAR**); destinado à apuração da responsabilidade administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos à administração pública, definidos na Lei nº 12.846/2013. Compreende, ainda, a (Comissão de Apuração de Sanções – **CAS**), destinada a apuração de infrações praticadas no curso do procedimento licitatório ou da execução contratual.

O Juízo de Admissibilidade é o ato administrativo por meio do qual a autoridade competente decide, de forma fundamentada, pelo arquivamento, celebração do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, instauração de SINVE, PAS, PAR ou CAS.

Este juízo se deu a partir de 01 de JULHO DE 2023, a partir da nomeação do CORREGEDOR, através da Portaria CONSAD Nº 4, de 28 de junho de 2023.

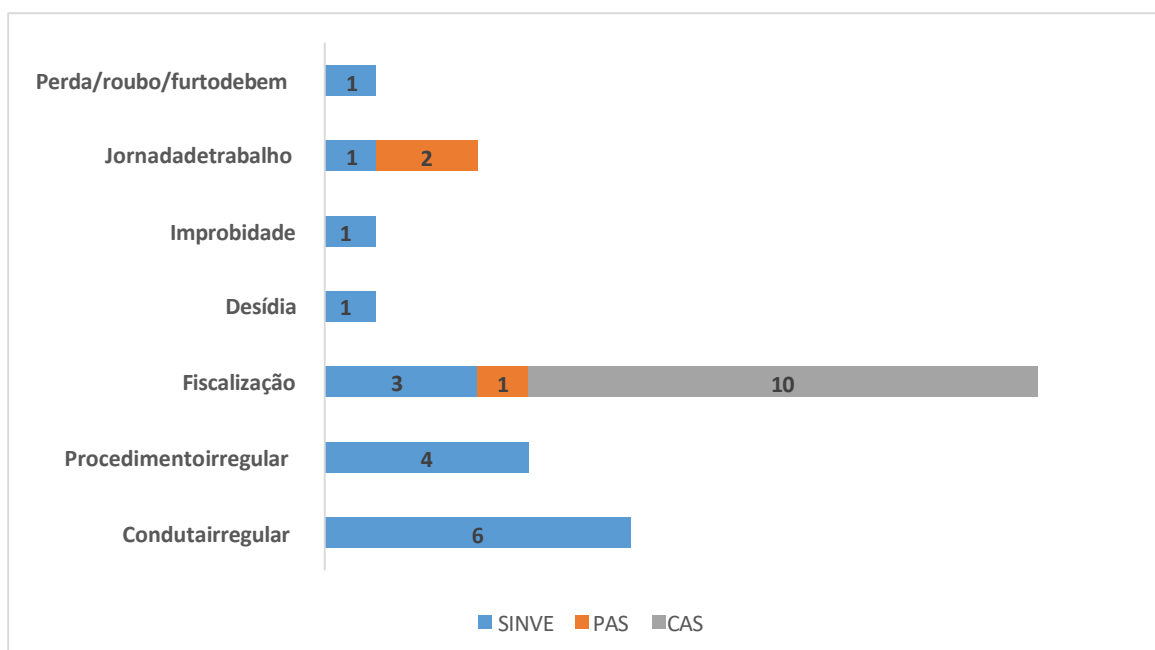
Quanto aos tipos de processos instaurados e **concluídos em 2023**, destaca-se a seguinte informação:

TIPO DE PROCESSO	Instaurados 2023	Concluídos		Total
		de 2023	de anos anteriores	
Sindicância Investigativa	17	1	22	23
Processo Administrativo Sancionador	3	0	9	9
Comissão de Apuração de Sanção	10	2	11	13
TOTAL	30	3	42	45

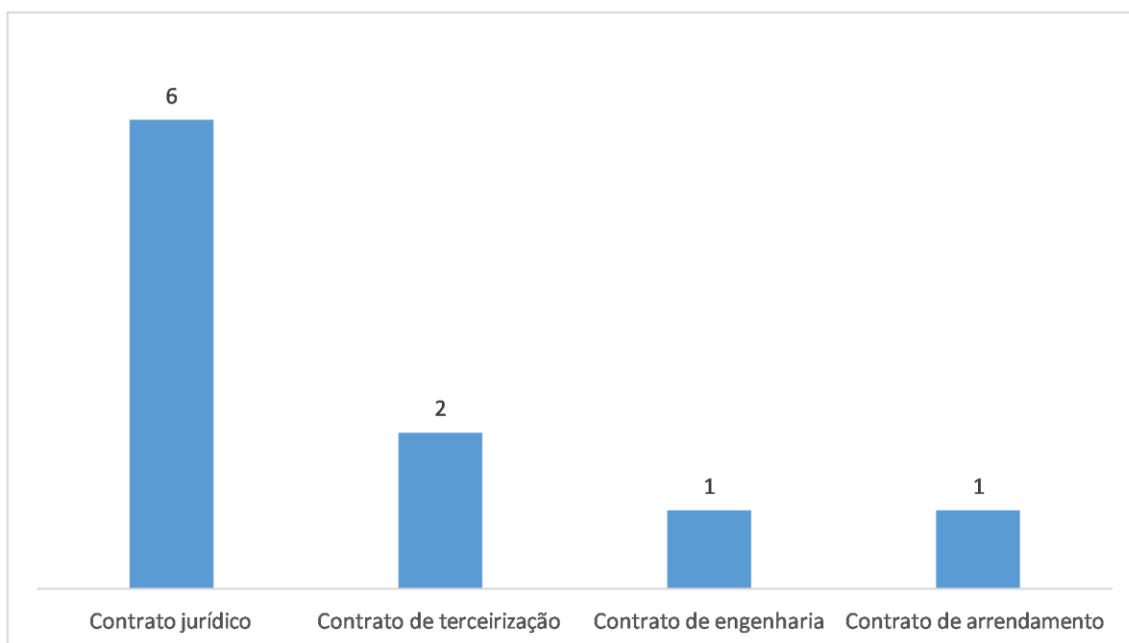
Seção I – Análise dos Temas das Apurações

No ano de 2023 foram instaurados 30 processos, sendo **3 PAS** e **10 CAS** (contraditórios) e **17 SINVES** (investigativos).

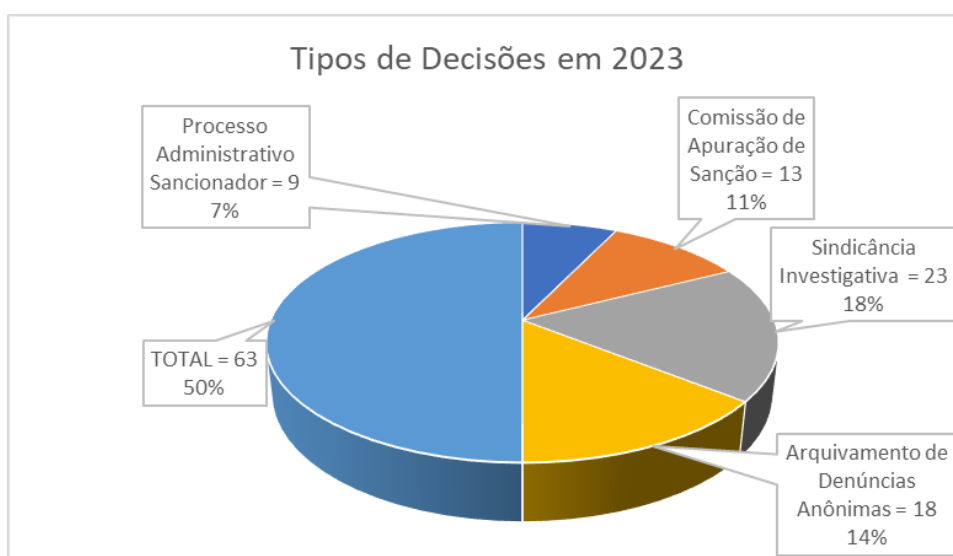
Dentre os processos instaurados observamos os seguintes temas:



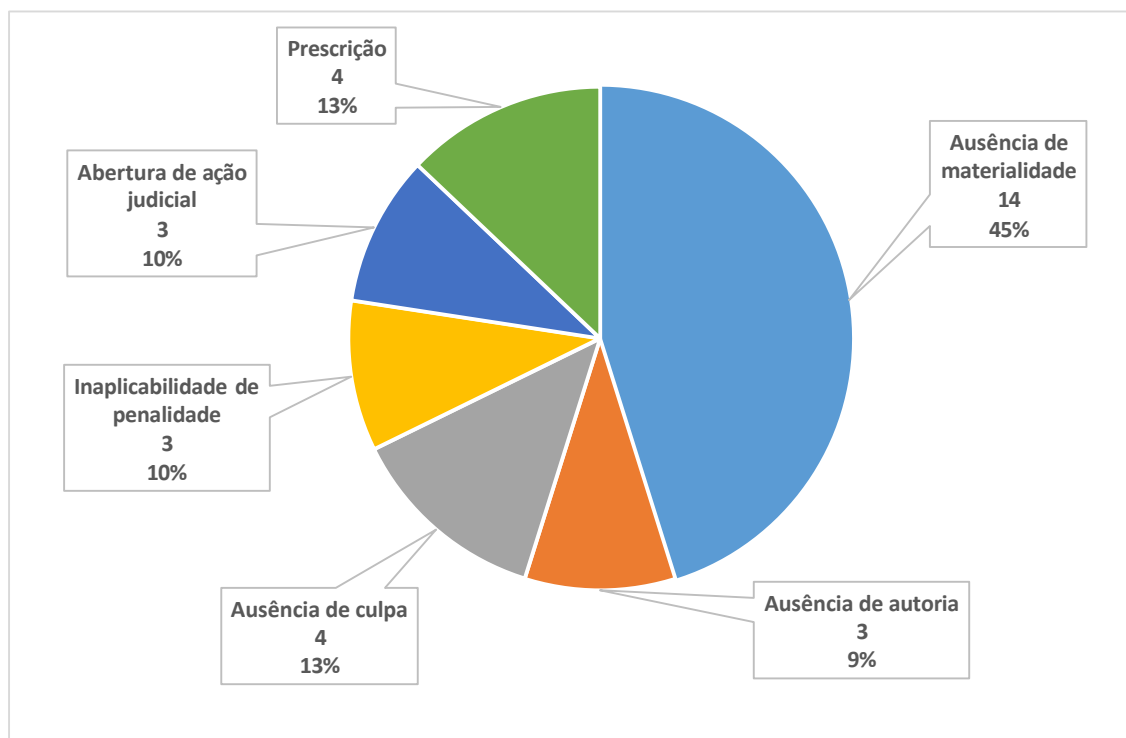
Nota-se dentre os processos de CAS instaurados um elevado número de contratos da área jurídica:



Com relação aos processos concluídos, em total de $45 + 18 = 63$, podemos constatar um total de **18 arquivamentos de denúncias anônimas**, após a realização do Juízo de Admissibilidade, totalizando, assim, **34,62 % de arquivamentos diretos**.



Verificando os arquivamentos ocorridos nos processos de SINVE e PAS podemos constatar os seguintes tipos:



Seção II – Avaliação de Maturidade Correcional

O CRG-MM é um modelo de avaliação da maturidade correcional de uma organização pública, estruturado em 5 níveis progressivos, diferenciados pelos graus de desempenho esperados e as características almejadas, cada um dos quais divididos em 4 elementos que são as áreas avaliadas. O modelo ilustra, portanto, os estágios de desenvolvimento da organização, na medida em que define, implementa, monitora e aperfeiçoa os seus processos e práticas correcionais.

O grau de maturidade atingido em um nível torna-se a fundação necessária à progressão para o próximo patamar, numa abordagem incremental que orienta a consolidação da atividade correcional como um dos pilares estratégicos da integridade dos órgãos e entidades, plenamente inserida na estrutura de governança institucional.

No segundo semestre de 2022, a CGU realizou a segunda rodada do programa de avaliação de maturidade das corregedorias que compõe o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal. Destaca-se que as unidades que atenderam 80% ou mais das atividades foram consideradas como nível 2.

A PortosRio não avançou para o nível 2, visto que ainda não possuía a Corregedoria criada e implantada, não sendo possível o atendimento de diversas atividades requeridas no programa.

A próxima rodada de avaliação pela CGU ocorrerá em 2024, conforme Modelo de Maturidade Correcional – versão 3.0. Desta forma, esta Unidade Correcional participará do programa para levantamento diagnóstico para identificar o nível atual no modelo proposto, bem como possíveis alterações visando a melhoria da gestão correcional.

Seção III – Atuação Preventiva

O aspecto preventivo no âmbito correcional está previsto no artigo 3º da Portaria Normativa CGU nº 27/2022, a qual estabelece como objetivos do SISCOR: a prevenção da prática de ilícitos administrativos, o combate à corrupção, a contribuição para melhoria da gestão da Administração Pública, a atuação de forma cooperativa com os órgãos e entidades e a participação ativa no sistema de integridade pública.

O artigo 5º da citada normativa, ao prever as atividades típicas das unidades setoriais de correição, trouxe a promoção de ações educativas e de prevenção de ilícitos (inciso XI), e o exercício de função de integridade no âmbito das atividades correcionais da organização (inciso XIV).

Em que pese a criação da Corregedoria ter ocorrido no segundo semestre de 2023, foi possível a participação no Grupo Itinerante, organizado pela Ouvidoria da PortosRio, realizando visita e apresentação de palestra na sede da companhia e nos 4 Portos, cujo tema foi “Assédio Moral e Sexual” e a Corregedoria expôs sobre a tratativa no âmbito disciplinar.

Seção IV – Capacitações e Eventos

Considerando a recente criação da Corregedoria não houve participação expressiva em capacitações, porém houve a participação nos seguintes eventos:

- Encontro Nacional de Corregedorias, promovido pela Corregedoria Geral da União, com a participação nas oficinas: Aplicação da LGPD no processo correcional e Passo a passo da Investigação Preliminar Sumária de agentes públicos.
- Encontro NEAA com Corregedorias, promovido pela Caixa Econômica Federal.

Seção V – Dificuldades, ações e propostas

Conforme as análises já realizadas no presente documento, foram observadas dificuldades quanto à meta de diminuição do tempo médio de apurações em curso, notadamente quanto ao tempo médio dos processos contraditórios. Ademais, em reuniões de acompanhamento de Comissões, foi alegado frequentemente a existência de alta demanda nos setores de origem dos membros, uma vez que os mesmos não possuem dedicação exclusiva à Comissão Disciplinar, o que contribui para o aumento do tempo médio de processos contraditórios.

Para endereçar tal situação, há previsão de acompanhamento mais próximo às comissões, bem como realização de cursos de capacitação para dirimir dúvidas e repisar os principais pontos do processo. Adicionalmente, há tratativas quanto a lotação de mais empregados na CORREG por conta da realização de concurso público, o que trará maior capacidade de instauração e condução dos processos.

Outra dificuldade encontrada se deu na busca de membros para a composição de Comissões Disciplinares, havendo esforço na reformulação do Regimento Interno da Corregedoria para inclusão de direitos e proteções aos membros, como meio de incentivar a participação dos empregados na área correcional.

Frise-se a necessidade de se encontrar mecanismos de incentivo à participação na Comissão Disciplinar, com o estabelecimento de garantias e direitos aos membros, uma vez que desempenham atividades além das atribuições dos respectivos setores de origem.

Por fim, diante da identificação de tópicos recorrentes, foram planejadas ações preventivas, de modo a orientar os empregados e consequentemente, obter uma diminuição nas infrações cometidas. Cabe destacar que tais ações estão, inclusive, presentes no Plano Operacional de 2024 da Corregedoria.

CAPÍTULO IV – DO PLANEJAMENTO PARA 2024

Entende-se relevante para embasar o planejamento da Corregedoria para o ano de 2024, o estabelecimento de metas com vistas ao levantamento de processos em andamento para diminuição do tempo médio das apurações em curso, bem como a revisão dos normativos tendo em vista a edição da Portaria Normativa CGU nº 27.2022, bem como da Resolução CGPAR nº 48.2023 e estruturação da CORREG.

Dessa forma, propõe-se como ações prioritárias da CORREG para 2024:

<u>Ação</u>	<u>Objetivo/Fundamento</u>	<u>Meta</u>	<u>Prazo</u>
Aprovação do Regimento Interno da Corregedoria, de que trata o Processo SEI nº 50905.005899/2023-36.	Estabelecer as premissas básicas da CORREG	Obter aprovação do Conselho de Administração - CONSAD	Agosto/24

Revisão dos normativos internos	Avaliação da necessidade de alterações após aprovação do Regimento Interno.	Promover a revisão dos normativos internos	Dezembro/24
Revisão dos processos lançados nos sistemas CGU-PAD e e-PAD.	Cumprimento de Normativo da CGU.	Atualizar os sistemas para que reflitam a realidade dos processos.	Setembro/24
Redução do Tempo de Apuratórios	Celeridade Processual	Tempo médio das apurações em curso de, no máximo, 180 dias.	Dezembro/24
Atuação preventiva enquanto membro do Sistema de Integridade.	Continuidade dos Projetos de prevenção e disseminação da cultura de Integridade.	Realização de iniciativas de fomento à cultura de integridade, tais como os projetos Integra APS e Integridade Itinerante	Dezembro/24

CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 2023 trouxe avanços quanto a consolidação de procedimentos e atuação preventiva que culminou em um fortalecimento do Sistema de Integridade da Corregedoria da PortosRio.

As metas para o ano de 2024 traduzem as necessidades de aprimoramento identificadas, notadamente de medidas para garantir a celeridade no tratamento dos processos, os ajustes para plena utilização do sistema ePAD por parte das Comissões

Disciplinares, após a aprovação do Regimento Interno da Corregedoria, de que trata o Processo SEI nº 50905.005899/2023-36.

Por fim, destaca-se a realização de nova rodada do Modelo de Maturidade Correcional da CGU, que trará novos desafios e necessidades de adequação no ano de 2024, para aprimoramento da gestão correcional e da integridade da Companhia.